

HABEAS CORPUS Nº 514.717 - SP (2019/0165151-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SILVANA LINO SOARES MARIANO
ADVOGADO : SILVANA LINO SOARES MARIANO - SP155026
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL SOUZA LLANOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIEL SOUZA LLANOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0095480-06.2018.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 4 anos e 1 mês de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 180, § 1º, do Código Penal (e-STJ fls. 20/34).

Irresignado, o paciente interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 7/19), em acórdão assim ementado:

Apelação das Defesas - Preliminar de nulidade- Cerceamento de defesa - Correlação entre a sentença e a denúncia - “Emendatio libelli” - Nova classificação jurídica dada à conduta, indicada de modo expreso na denúncia - O acusado defende-se dos fatos relatados na denúncia, e não de sua capitulação jurídica - Ausência de prejuízo à defesa - Preliminar rejeitada - Receptação qualificada e Estelionato - Apreensão de equipamentos de origem ilícita em poder dos acusados - Réus que adquiriram “tags” veiculares subtraídos para a utilização fraudulenta de sistema eletrônico de pagamento em praças de pedágio - Suficiência de provas à condenação - Equipamentos adquiridos de indivíduos não credenciados, mediante o pagamento de parcela única, não correspondente à efetiva transposição das praças de pedágio - Circunstâncias que evidenciam a ciência da origem ilícita dos bens - Receptação simples - Absolvição do acusado Marcos Renato de rigor - Ausência de provas de que ele teria sido o responsável por vender o equipamento subtraído ao acusado Daniel - Delitos praticados no mesmo contexto fático, tornando inviável o reconhecimento do concurso material de infrações Estelionato - Provas de que o réu Marcos Renato não efetuou o pagamento

da tarifa de pedágio em ao menos quarenta ocasiões, valendo-se de meio fraudulento - Pena-base fixada acima do mínimo legal para o acusado Daniel, com fundamento em seus maus antecedentes, e posteriormente agravada pela reincidência - Redução da pena-base aplicada ao acusado Marcos Renato ao mínimo legal, posto que não se verificou prejuízo significativo à vítima - Continuidade delitiva bem reconhecida para o crime de estelionato - Decorrido o prazo para eventual oposição de Embargos de Declaração ou Embargos Infringentes, expeça-se mandado de prisão - Rejeitada a preliminar, recursos de apelação parcialmente providos, com determinação.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/5), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que exasperou a pena-base e agravou a pena, pela reincidência, de forma indevida. Para tanto, afirma que o desvalor dos antecedentes e a reincidência foram extraídos de condenações alcançadas pelo prazo depurador previsto no art. 64, inciso I, do Código Penal.

Além disso, assevera que *o r. Juiz "a quo", bem como os Desembargadores, deixaram de observar o "Enunciado da Súmula nº 718 do c. Pretório Excelso", decidindo em um regime fechado* (e-STJ fl. 3).

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a redução da pena aplicada ao paciente e o abrandamento do regime inicial.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito

da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

